

A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO - CONCEITOS, OPERACIONALIZAÇÃO, CRÍTICAS E VANTAGENS DA FORMAÇÃO MODULARIZADA

JOSÉ ROBERTO MENDES

Mestrando em Educação, Licenciado em Matemática e Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar para o Ensino Fundamental e Médio e em Supervisão Escolar pelo Centro Universitário Nove de Julho; Professor no curso de Matemática e Pró-Reitor Acadêmico Adjunto (Unidade Vila Maria) da UNINOVE

Resumo

Este artigo debate o ensino técnico de nível médio, explicitando as inovações introduzidas pela atual legislação sobre a educação profissional e os impactos decorrentes. Seu pressuposto é que a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9394/96) apresenta resquícios de um sistema autoritário, elitista, neoliberal, mas também inegáveis avanços que possibilitam determinadas brechas no rumo de uma educação democrática do trabalhador brasileiro. Após uma breve retrospectiva histórica, focalizamos a discussão da Reforma do ensino técnico em torno do ensino modular. Os dados de campo colhidos, mediante entrevistas e questionários, nas escolas ligadas ao CEETEPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, trazem as reações e impactos oriundos da prática educacional ante a reforma no momento de sua implantação. A pesquisa empírica e os estudos teóricos revelam um misto de otimismo, de apreensão e de críticas ao modelo da educação profissional de nível técnico que se pretende implantar. Observamos ainda um alto índice de satisfação com o Ensino Modular, embora haja reclamações quanto à falta de manutenção de alguns equipamentos importantes para a formação do futuro técnico. Aspecto avaliado positivamente foi a determinação de grande parte de dar continuidade aos estudos, na mesma área técnica do curso modular, no nível superior.

Palavras-chave: reforma; módulos; modular; LDB; CEETEPS.

Abstract

This paper debates the technical teaching in high school, showing the innovations introduced by the present legislation concerning professional education and its consequent impacts. It is supposed that the new Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9394/96) shows traces of an authoritarian, elitist, neoliberal system, but also undeniable advances that permit some spaces in the path of a democratic education for the Brazilian worker. After a brief historical retrospective, we will focus on the discussion about the Reform in the technical teaching around the modular teaching. The data collected by means of interviews and questionnaires, in schools linked to the CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – bring the reactions and impacts emerged from the educational practice before the moment implantation of the reform. The empirical research and the theoretical studies reveal a mixture of optimism, apprehension and critics to the professional education model in the technical degree that is to be implanted. We also observe a high level of dissatisfaction in the Modular Teaching, although there are complaints about the lack of maintenance in some equipments of great importance to the formation of the future technician. A positively evaluated aspect was the determination of a large number of students in proceeding their studies in the undergraduate degree in the same technical area of the modular course.

Key words: reform; modules; modular; LDB; CEETEPS.

Introdução

A reforma da educação profissional de nível técnico encontra-se numa encruzilhada aberta pela nova Lei de Diretrizes e Bases: ao mesmo tempo em que espelha os agudos problemas deste nível de ensino, também reflete as expectativas que ainda despontam no horizonte da política educacional brasileira a respeito da formação de mão-de-obra especializada para atender às necessidades de mercado. Com a nova LDB (Lei 9394/96), inicia-se a discussão sobre a absoluta e inadiável urgência em estabelecer uma séria e profunda reflexão em torno da reforma da educação profissional, em especial a de nível técnico, para a qual convergem as grandes contradições sociais decorrentes da economia globalizada, que dizem respeito à educação, trabalho, profissão, emprego, cidadania e afetam o futuro da nossa juventude.

Os documentos legais aduzidos, inclusive o mais recente deles – as Diretrizes Curriculares para o Nível Técnico –, determinam as balizas do ensino profissional. As manifestações oficiais obviamente são otimistas com relação aos termos, disposições e futuro da reforma; entretanto, a verdadeira avaliação das intenções legais e oficiais só pode advir da prática. Daí a preocupação central, neste texto, em levantar a posição dos atores diretamente envolvidos nos problemas e dilemas que, como dito, despontam nesta encruzilhada do ensino profissional. O campo escolhido foi a prática do CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza –, cujos professores e alunos, chamados a opinar, declararam, nos questionários e entrevistas, as inquietações, críticas, conflitos e perspectivas que estão afetando o nível técnico na fase de implantação da reforma, apontaram ranços e também indicaram avanços.

Para ir fundo nas raízes dessas polaridades, buscamos apoio nas análises de estudiosos lucidamente críticos do sistema

educacional brasileiro. Descartamos os extremos, em que se localizam, de um lado, o conservadorismo da teoria do capital humano e da modernização, pela qual se pautam, em geral, nossas políticas educacionais e, de outro, a teoria da reprodução, cujo radicalismo negativista inibe qualquer possibilidade de mudança. Isto feito, filiamos-nos à corrente que focaliza as relações entre escola e trabalho como dialéticas, posição própria da pedagogia histórico-crítica, cujos estudos vêm apontando abertamente as incongruências do sistema educacional sem renunciar à descoberta e criação de novos caminhos para ultrapassar os impasses e resolver os dilemas.

À luz dessa teoria e respaldados pela pesquisa, apontamos as contradições sistêmicas que envolvem a Reforma: o elitismo; o recorrente e eminente perigo de reduzir o nível técnico, desvinculado do ensino médio, a curso de treinamento de meros ‘apertadores de parafusos’, em vez de formar profissionais capazes de desempenhar funções especializadas de mercado, politicamente integradas e ciosas de sua cidadania; a extrema dificuldade em compor o trabalho dos formandos com o regime de estudo em tempo integral requerido pelas normas da Reforma; a redução do nível técnico a módulos de curta duração com o fito de responder a certas demandas de mão-de-obra. Enfim, recoloca-se o debate em torno da histórica separação entre profissionalização técnica e educação integral, entre trabalho manual e labor intelectual, entre cabeça e mãos.

Comparando o atual Ensino Modular com o integralizado, verifica-se uma grande heterogeneidade entre os educandos, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Quanto às declarações públicas do senhor Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de que as escolas técnicas privilegiavam uma elite cultural e financeira, observamos que o Ensino Modular continua recebendo alunos da

classe média, que freqüentam as aulas no período diurno; poucos são os estudantes carentes e, no noturno, a maioria pertence a classes socialmente desfavorecidas.

Para o encaminhamento de soluções para os dilemas apontados, sugerimos que as escolas profissionais de nível técnico devem empreender a reforma a partir de uma estreita e imprescindível articulação com as bases trabalhistas organizadas nos sindicatos das categorias, espaço de representação legítima e autêntica dos interesses, preocupações e anseios do mundo do trabalho, interlocutores indispensáveis e, a um só tempo, sujeitos e destinatários dos novos rumos educacionais emergentes no sombrio cenário advindo da globalização e das políticas econômicas adversas ao trabalhador.

O ensino modular no foco das atenções

O Decreto 2.208/97 demonstra claramente e acentua a separação entre Educação Geral e Educação Profissional. O Artigo 8º prevê a possibilidade de estruturar o currículo do Ensino Técnico na forma de módulos (modularização), cuja implantação se deu nas escolas técnicas pesquisadas em 1998. Em seus depoimentos os professores mostram-se esperançosos e dividem a posição otimista da fala oficial que vê, no ensino modular, uma saída para o futuro da educação técnica. Os alunos que pesquisamos, em razão da novidade do sistema, não se manifestaram a respeito da nova experiência. Realizamos aqui um breve estudo crítico sobre a proposta da modularização, questionando o seu alcance e possibilidades.

A formação modularizada, praticada há várias décadas na Europa, foi adotada na América Latina a partir de 1970. Nessa época, a formação por meio de módulos completos e passíveis de escalonamento ao longo da vida do trabalhador, articulou-se com a concepção de

educação permanente. Foi implantada, num primeiro momento, no INA - Instituto Nacional de Aprendizagem da Costa Rica, e de lá trazida para o SENAC e SENAI. O CINTEFOR – Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional da OIT – Organização Internacional do Trabalho contribuiu para sua expansão em outras instituições de formação profissional da América Latina.

Em Portugal, o Sistema Modular surge após a segunda guerra mundial, em resposta a uma necessidade imediata de formação profissional, e tinha como principais pretensões: propiciar formação em curto espaço de tempo; fazer com que a população retornasse às escolas, já que muitos estavam delas afastados há longo tempo devido à guerra; ensinar funções e aprendizagens que, para a época, tinham importância relativamente grande; garantir aos educandos que seus objetivos de formação fossem alcançados; enfocar uma formação de qualidade. (MARQUES, 1993:46-7)

Em 1978, em convênio com a OIT, o SENAC desenvolveu projetos de modularização da formação profissional na área de hotelaria, para formação de técnicos em hospedagem, alimentos e bebidas. Em 1982, com a edição da Deliberação CEE nº 19/82, a modularização foi estendida para outras áreas ocupacionais. Hoje são oferecidos cursos modularizados nas áreas de enfermagem, farmácia, higiene dental, óptica, processamento de dados, estilismo de moda, secretariado, contabilidade, administração, estética facial e corporal e turismo, além de hotelaria.

O SENAI de São Paulo implantou, em 1993, o seu primeiro curso técnico especial modularizado na área de alimentos. Atualmente, com essa estratégia são oferecidos cursos nas áreas de desenho de projetos, refrigeração e ar condicionado, plásticos, borracha, construção civil, cerâmica,

eletrônica, telecomunicações, metalurgia e vestuário. No ensino fundamental, há dezenas de outras áreas e ocupações atendidas pelas duas instituições mencionadas, no formato de cursos profissionalizantes modularizados.

Com a modularização busca-se garantir o reconhecimento do profissional no mundo do trabalho, num tipo de formação que pretende adequar situação pessoal, necessidades, capacidades, conhecimentos e experiências anteriores a carreiras personalizadas, além, é claro, de seu caráter econômico e racional que busca evitar redundâncias nos conteúdos. Para isso, o módulo deve ser autônomo (completo) e corresponder a uma função exercida no mundo real do trabalho, portanto, com objetivos identificados na realidade das empresas. Deve articular-se a outros módulos, compondo subconjuntos significativos, seja no mesmo setor profissional ou em diferentes setores. Os alunos podem não só seguir diferentes programas, aperfeiçoando-se ou adquirindo conhecimentos complementares, como também fazer apenas um módulo, um grupo de módulos ou um curso completo para obtenção de um título homologado. Um módulo deve incluir aquisição dos conhecimentos correspondentes a uma função exercida em uma profissão. A opção modular é uma organização prática e aumenta o rendimento da formação profissional de jovens e adultos,

Trata-se, portanto, de uma formação completa na área profissional específica, definida por critérios de acesso e de saída e objetivos profissionais correspondentes a funções realmente existentes. Além disso, também pretende assegurar os valores da cidadania por meio de qualificação específica, porém com amplitude suficiente para, de um lado, dotar os estudantes de recursos necessários ao desenvolvimento de suas competências técnicas que lhe permitirão adaptar situações pessoais, necessidades, capacidades e experiências a situações novas,

tornando-o mais produtivo e responsável; de outro, neles despertar o desejo de reconstruírem-se num processo de resgate de auto-estima pelo comprometimento socioprofissional e ético. Isso implicará reconhecimento do indivíduo no mundo do trabalho mensurado pelo saber-fazer, saber-agir, saber-construir. Segundo o CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o módulo não é um tipo de educação fragmentada nem um mero adestramento, pois deve-se sempre orientar o aluno para a formação total. Nesta instituição educacional, módulo foi definido como unidade planejada segundo determinadas proporções e destinada a reunir-se ou ajustar-se a outras unidades alongadas de várias maneiras, formando um todo homogêneo e funcional. Modularização é, portanto, uma concepção de educação profissional centrada no aluno, que objetiva desenvolver uma ação pedagógica para conferir empregabilidade (potencialidade para gerar trabalho e renda) e requalificar profissionalmente (manutenção do emprego e requalificação para profissões em extinção), permitindo ainda formular e implementar políticas de emprego e renda.

A modularização constitui importante inovação legal introduzida na nova legislação sobre educação, sem caráter de obrigatoriedade: recomenda-se que a educação profissional em nível médio seja organizada preferencial, e não exclusivamente, por meio de módulos. É importante ressaltar que a modularização não deve limitar-se unicamente ao nível médio; pode, deve e já tem sido amplamente praticada nos outros níveis da educação profissional. Como já dito, não se limita apenas a uma concepção pedagógica da educação profissional, antes constitui uma forma de estudo do mercado de trabalho, que integra as demandas quantitativas (quantidade de profissionais) e qualitativas (tipos de profissões) de mão-de-obra, bem como o

acompanhamento das tendências de mudanças dessas demandas, que ocorrem, hoje em dia, em ciclos muito rápidos dadas as inovações tecnológicas e as novas formas de organização da produção. Uma vez definidas as demandas de mão-de-obra, podem ser planejados e desenvolvidos os programas de educação profissional em atendimento às necessidades de profissionalização. Essas necessidades alteram-se em razão do surgimento de novas ocupações no mercado de trabalho, da extinção de ocupações tradicionais e da modificação dos conteúdos das ocupações existentes. Como consequência do processo acelerado de mudança, a vida útil das qualificações profissionais está cada vez mais curta e continuará numa escalada de redução. Assim, o desafio atual da educação profissional não é só formar para os empregos qualificados que o mercado demanda: há de se redobrar esforços em programas de formação permanente e continuada para os trabalhadores que já fazem parte da força de trabalho, com o objetivo de aperfeiçoá-los, requalificá-los ou reconvertê-los às novas ocupações que aparecem no mercado. Desse modo, a modularização atende ao novo desafio que as instituições educacionais precisam assumir de formar para a empregabilidade, entendida como potencialidade de gerar trabalho e renda mesmo sem um emprego formal.

O processo de modularização começa com o estudo da estrutura ocupacional do mercado de trabalho, com a identificação das famílias de ocupações por setor e ramos de atividade econômica. Cada ocupação, por sua vez, é decomposta em tarefas e a partir delas são determinadas as competências do profissional que irá desempenhá-las. As ocupações são analisadas entre si, para identificação de conteúdos semelhantes e específicos e para hierarquização segundo seus diversos níveis de complexidade. Isso tudo permite a estruturação

de um mapa ou itinerário ocupacional, demonstrando as inter-relações entre as diversas ocupações, tanto no sentido horizontal quanto no sentido vertical da carreira profissional.

Observa-se, portanto, que a modularização não se restringe ao processo pedagógico de elaboração de programas curriculares para uma determinada ocupação ou família de ocupações no mercado de trabalho: a estratégia da modularização, além da formação, permite não só formular e implementar políticas de emprego e renda, mas também organizar e ampliar as ofertas de educação profissional em sintonia com a dinâmica do mercado de trabalho.

Por meio dessa estratégia, o ensino é organizado em módulos de formação progressivos e integrados, cada um deles contendo o grupo ajustado de competências necessárias para obtenção de trabalho em uma determinada ocupação. Esse sistema possibilita o atendimento personalizado, contemplando as diferenças individuais quanto aos ritmos e modos de aprendizagem, bem como as condições e necessidades particulares de cada pessoa.

Considerações finais

Responder a questões sociais emergentes, como a da empregabilidade e relação de trabalho, requer ações concretas e preventivas de todos os segmentos da sociedade, que amenizem as distorções provocadas pela descaracterização de algumas profissões; por isso, a grande dificuldade, acreditamos, é o emprego e o acesso a ele.

Se não houver o envolvimento da sociedade na busca de soluções, correremos o risco de não termos, num curto espaço de tempo, a estrutura adequada para assumir e vencer os desafios postos pela economia globalizada. A sociedade deve, obrigatoriamente,

desenvolver mecanismos para garantir que a população economi-camente ativa possa ter acesso ao trabalho, com isso assegurando o desenvolvimento socioeconômico de todo o país e a própria estabilidade econômico-financeira. Além disso, estes mecanismos devem primar pela qualidade e eficácia, padrões que a sociedade exige. Em outras palavras, nenhuma medida paliativa poderá resolver o problema – o tempo que se aproxima é o tempo da qualidade, da sensibilidade e da competência.

Notícias diversas expressas na mídia constantemente nos alertam sobre os avanços tecnológicos, a introdução de robôs cada vez mais aparelhados a substituir o trabalhador em tarefas repetitivas e especializadas, o desenvolvimento do conhecimento humano em todas as áreas e também as demissões em massa com o iminente desaparecimento de profissões tidas como fundamentais, principalmente nas indústrias – torneiros mecânicos, fresadores, ajustadores, ferramenteiros, datilógrafos, estenógrafos e tantas outras que, na última década, deixaram de freqüentar os anúncios classificados e o próprio mundo do trabalho. Nesse cenário, até mesmo a relação entre trabalho e emprego começa a tomar outra configuração e sentido.

Enfim, o mundo muda e, nesta mudança, o importante é não emudecer e cruzar os braços. Diante das profundas alterações no quadro social e produtivo, os setores mais compromissados com os destinos do povo devem entender que cabe à educação preparar, com qualidade e competência, o cidadão necessário, que compreenda o mundo de uma maneira holística, com a imprescindível atitude crítica, e seja capaz de incorporar as velozes mudanças societárias, atuando social e profissionalmente de maneira consciente, competente e sensível.

A educação, no momento em que nos encontramos, é o setor no qual a sociedade

deposita mais esperanças e expectativas. Em face do conhecido funil que alija do acesso à educação de nível superior a maioria dos jovens brasileiros, maior atenção deve ser dada ao nível médio, em especial àquele que tem por objetivo formar o profissional técnico.

Acreditamos que seria extremamente oportuno e profícuo um diálogo institucionalizado das escolas técnicas não apenas com o governo e o empresariado, mas sobretudo com as centrais sindicais, que representam os interesses dos trabalhadores. Diante dos agudos problemas que vêm afetando o mundo do trabalho, faz-se necessária uma ação conjunta da sociedade civil como um todo para que as reformas educacionais não só aconteçam, mas também se realizem com as classes menos favorecidas e a favor dos seus interesses.

Nessa direção, uma ação básica seria a redefinição da estratégia política de gestão da rede de educação profissional. Para esse novo rumo político, além do diálogo vertical com o governo e o empresariado, é absolutamente indispensável que se inaugure um diálogo permanente com o mundo sindical.

Carece também dar maior flexibilidade aos currículos das Escolas Técnicas de forma a facilitar a adaptação do ensino às mudanças no mercado de trabalho; promover a aproximação dos núcleos profissionalizantes das Escolas Técnicas com o mundo empresarial, aumentando o fluxo de serviços entre empresas, escolas e comunidade em geral; encontrar, progressivamente, formas jurídicas apropriadas para o funcionamento autônomo e responsável das Escolas Técnicas e, ao mesmo tempo, estimular parcerias para financiamento e gestão; estabelecer mecanismos específicos de avaliação das Escolas Técnicas para promover a diversificação dos cursos e a integração com o mercado de trabalho e as representações das classes trabalhadoras.

Observamos que a Escola Técnica, nos dias atuais, é uma estrutura destinada a desempenhar importantes funções sociais como a iniciação à profissão e ao trabalho, requalificação e socialização. As sociedades industriais tecnologicamente avançadas exigem, para a manutenção dos seus níveis de tecnologia e de produtividade econômica, um incremento quantitativo e uma precisa qualificação da formação com vistas à ampliação do leque de profissões. Ao mesmo tempo, os processos de complexidade social tornam cada vez mais necessária a ativação de formas de socialização ampliada que permitam aos indivíduos inserir-se de maneira politizada, crítica e construtiva na vida coletiva.

Acreditamos ser prematura a afirmação de que a LDB quebrará a dualidade ensino acadêmico/ensino profissional. As desigualdades sociais no país continuam e, mesmo com o Ensino Modular nas escolas técnicas, percebe-se um novo perfil de alunos no período noturno: idades mais avançadas e classe social desfavorecida. No período diurno não se observam mudanças no perfil etário e financeiro daqueles que freqüentavam o ensino técnico integralizado.

Importa a atitude que tomamos diante dos desafios que a vida nos apresenta. Pensar no futuro não é um mero exercício de adivinhação ou magia; é, antes de tudo, uma análise de todos os termos que o presente nos apresenta por meio de fatos e tendências. Não podemos esperar o futuro chegar nem ir buscá-lo antes que se anuncie; no entanto, podemos e devemos nos preparar para ele, pois sem isso nunca poderemos recebê-lo. O futuro não se espera, constrói-se.

A partir do momento em que haja vontade política e comprometimento da sociedade como um todo em levar a escola a desempenhar uma das suas principais funções – a iniciação e requalificação profissional, a socialização e a cidadania –, teremos a possibilidade de

caminhar para a sonhada integração entre a escola e o mundo do trabalho, que é uma das principais aberturas legadas pela atual legislação sobre educação no Brasil.

Por esses motivos, o Ensino Modular procura garantir o reconhecimento do profissional no mundo do trabalho; adaptar situação pessoal, necessidades, capacidades, conhecimentos e experiências anteriores em busca de carreiras personalizadas; além, é claro, do caráter econômico e racional que evita repetições de conteúdos no ensino-aprendizagem.

Referência bibliográfica

MARQUES, Margarida. *O modelo das escolas profissionais – um campo potencial de inovação*. Lisboa: EDUCA, 1993.

Bibliografia recomendada

ANPED. *Parecer da ANPED sobre a proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação* – texto preparado para a mesa redonda – A Nova LDB, realizada durante a 20. Reunião da ANPED. Caxambú, 21–25/9/97 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 3. ed. Brasília, DF: Horizonte, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1998.

CEETEPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. *Programa de qualificação e requalificação profissional no Estado de São Paulo*. Curso de Habilidade Básica e Gestão, São Paulo: 1996 (mimeo).

- _____. *Modularização na Educação Profissional*. São Paulo: jul.1996 (mimeo).
- _____. *Reflexão sobre as mudanças no ensino técnico*. São Paulo: 1996 (mimeo).
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Acta Especial*, São Paulo: 1991, p. 254-280.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- _____. Mercado de trabalho e orientação profissional. *Informação Profissional*. Série Debates, SENAC, 2 (2) : 14-19, abr. 1997.
- _____. Mercado de Trabalho e profissionalização no ensino de 2º grau. In: NAGLE, Jorge. (org.), *Educação Brasileira – questões da atualidade*. São Paulo: EDART, 1975.
- DELUIZ, Neise. *Inovações tecnológicas e mudanças no conteúdo do trabalho no setor terciário: implicações para a educação*. 1993, (mimeo). Trabalho apresentado no GT de Trabalho-Educação na 16. Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 1993.
- DEMO, Pedro. *A nova LDB – ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997. Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico.
- _____. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João *et al.* (org.) *Novas tecnologias, trabalho e educação - um debate multidisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino de 2º grau - o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Pedagogia da fábrica - as relações de produção e a educação do trabalhador*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- _____. *O ensino médio no contexto das políticas de educação no Brasil*. 1996 (mimeo). Trabalho apresentado na 19. Reunião Anual da ANPED, Caxambú, 1996.
- _____. *Desafios teóricos-metodológicos e perspectivas para a pesquisa sobre as relações entre trabalho e educação, em face das transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do papel da educação (em particular, a escola)*. 1997a (mimeo). Trabalho apresentado na 20. Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1997.
- _____. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. (4): p. 77-95, São Paulo, jan.-abr. 1997.
- _____. Reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. *Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, 6 (20) : 374-380, jul.-set., 1998.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Qualidade total na educação – questões relativas ao processo de trabalho e a gestão da escola. In: FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília R. de Souza (orgs.). *Controle da Qualidade Total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital*. 2. ed. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. Preparar para um emprego ou preparar para o trabalho. *Em Aberto* 1 (6), Brasília, nov. 1981.
- SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.
- _____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João, *et al.* (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Educação – do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1980.
- _____. *A nova lei de educação – trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. 3. ed São Paulo: Moraes, 1983.

_____. *Os condicionantes sociais da oposição entre teoria e prática na educação brasileira-a política de profissionalização de 2º grau*. São Paulo: PUC, 1976. Dissertação para Mestrado em Filosofia da Educação.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Capitalismo e escola no Brasil – a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez–Autores Associados, 1992.

